

# Propriedades intelectuais

## ENTREVISTA

- **Tem a palavra**  
Entrevista a **Abraão Vicente**,  
Ministro da Cultura de Cabo Verde  
*Francisco Gomes*

## DOCTRINA

- **Oferta de utilização na Europa de um processo patentado: substância e alcance**  
*Thierry Kerber*
- **A paródia de marcas: um desafio mundial para as marcas de luxo que são um alvo privilegiado**  
*Isabelle Cassez*
- **Enjoy Parody**  
*Caliana Válcia Leuz*
- **A Convenção da UNESCO para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial Amadeu de Souza-Cardoso e o registo criativo das expressões tradicionais**  
*Filipa Iglesias*

- **Novas perspetivas do Direito de Autor**  
*Conçala Cél Barreiros*

## CRÓNICAS DE JURISPRUDÊNCIA

- **Direito da propriedade industrial**  
*Fernando Mendes*  
*Anísio Andrade*  
*João Paulo Mielado*
- **Direito de autor**  
*Nuno Sousa e Silva*  
*Paula Marinho da Silva*

## CARTAS DA LUSOFONIA

- **Carta de Angola**  
*Elva Tóthiana*  
*Maurilón Ramos*  
*Sónia Martins Reis*
- **Carta de Moçambique**  
*Amina Abdala*  
*Tílio Mwanze*

## ATUALIDADE

- **O (in)imitável caso de Tom Waite**  
*Inês de Castro Raivo*
- **PIF-PAF Digital**  
*Juliana Mendonça*
- **A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO) contribui decisivamente para o Enforcement**  
*José Mário Lopes Freire de Sousa*



## *Entrevista a Abraão Vicente, Ministro da Cultura e das Indústrias Criativas da República de Cabo Verde*

**FRANCISCO GUERRA**

ADVOGADO, COORDENADOR JURÍDICO DA PASSMÚSICA E RESPONSÁVEL PELOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA AUDIOGEST E GDA NOS PALOP

### **Tem a palavra**

*“Cabo Verde é o único país do mundo a ter muitos artistas nas suas notas de banco (normalmente nas artes isto apenas está reservado a escritores). É chegada a hora de efetivamente lhes fazermos chegar algumas.”*

Em Cabo Verde o novo governo prepara uma revolução no capítulo dos direitos de autor, na sequência da sua tomada de posse em 22 de abril de 2016.

A questão do Direito de Autor é assumida como prioridade do novo Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas, a tônica é a valorização económica dos produtos da criação, quer enquanto fator de desenvolvimento interno quer como principal produto de exportação. Os mecanismos de gestão coletiva são pilares estruturantes nesta matéria. Colocar os bens culturais endógenos na dinâmica comercial, quer a internamente quer a nível externo. Tal é o desígnio nacional que o novo Governo assume com frontalidade.

Abraão Vicente, protagonista desta mudança é o Ministro da Cultura e das Indústrias Criativas de Cabo Verde, natural de Assomada (ilha de Santiago), 36 anos, licenciado em Sociologia, artista plástico, pintor, apresentador de televisão, casado. Já viveu em Lisboa, Barcelona e Paris. Foi Deputado durante 5 anos (2011–2016) e é atualmente o novo rosto da pasta da Cultura em Cabo Verde.

**Pi: Senhor Ministro, o que pretendeu sublinhar com a alteração da designação de Ministério da Cultura para Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas?**

AV: Antes de mais devo realçar que não foi ideia minha. A iniciativa partiu do próprio Primeiro-Ministro, Dr. Ulisses Correia e Silva. A ideia, de forma muito sucinta, é alargar o âmbito de ação do Ministério a outros sectores e vincar a potencialidade económica que os novos sectores, chamados de “indústrias criativas”, mas também a área patrimonial e histórico imaterial, têm para Cabo Verde.

**Pi: De entre as diversas indústrias criativas, assumindo a música um papel de relevo na cultura cabo-verdiana, qual ou quais os grandes desígnios do seu mandato, nesta matéria? Quais as grandes linhas de atuação?**

AV: Neste momento o desafio é o de fazer o mapeamento das indústrias criativas por ilhas e regiões, perceber

se podemos de facto falar de indústrias criativas no seu verdadeiro sentido, identificar os principais *players*; trabalhar num sistema fiscal e de financiamento adequado ao sector. O grande desafio é a profissionalização do sector e a implementação de um sistema de controlo, cobrança e distribuição dos direitos autorais. O financiamento do sector e das atividades conexas afigura-se como o desafio maior, sem dúvida. Falo de financiamento para a sustentabilidade e não financiamento para a dependência crónica. Falar de indústrias criativas é falar de um sector de vocação eminentemente privado no qual o Estado deve somente ser o regulador.

**Pi: Em matéria de Direitos de Autor, qual o diagnóstico que encontrou quando tomou posse?**

AV: Cabo Verde tem uma boa base legal na matéria, tinha uma instituição que é o Bureau dos Direitos Autorais (BUDA), com pouca capacidade de implementação das políticas dos direitos autorais, e duas sociedades de autores que também pouco ou nada podem fazer em matéria de regulamentação, fiscalização, cobrança e distribuição dos direitos autorais caso o próprio Estado não assumisse a liderança do processo. Tínhamos uma situação em que, por um lado, as duas sociedades viam o Estado como ameaça – quase como concorrente – e, por outro lado, o Estado hesitava em fazer escolhas entre parceiros prováveis para acelerar o processo. Estávamos num zona de pântano em que em matéria de direitos de autor ninguém assumia nem as responsabilidades nem as consequências de Cabo Verde ser de facto uma zona de clara violação dos direitos legítimos dos autores.

**Pi: Feito o diagnóstico e com quase 8 meses de mandato, que passos já foram dados neste domínio?**

AV: Por um lado assinámos um protocolo de entendimento com a AUDIOGEST e com a GDA, no âmbito do qual se pretende profissionalizar o sector da edição discográfica em Cabo Verde, dinamizar e internacionalizar a indústria musical cabo-verdiana, promover um mercado cultural de língua portuguesa, promover a interação entre a música e os restantes sectores económicos e promover o intercâmbio de espetáculos, artistas e produtores entre Cabo Verde e Portugal. Ou seja, optámos por parceiros claros para darmos os

próximos passos. Por outro lado, estamos em conversações com a Cooperação do Luxemburgo no sentido de termos um consultor sénior que nos fará a ponte com a SACEM [o Ministério da Cooperação do Luxemburgo vem apoiando em Cabo Verde, entre outros, projetos de incentivo à criação e produção musicais]. O protocolo com a AUDIOGEST/GDA é marcado por algum pragmatismo, tem prazos concretos e caso as partes respeitem o acordado e haja de facto um engajamento a 100%, a meio do mandato teremos dado passos estruturantes em matéria de direitos autorais.

**Pi: De entre as linhas que referiu, já tem noção clara do grau de proteção dos titulares de direito de autor e conexos no quadro legislativo em vigor?**

AV: Já foi feita uma auditoria jurídica pelo MCIC, relativa ao quadro legislativo em vigor, estando já a ser preparadas propostas legislativas concretas. Para podermos concretizar uma política consistente, que perdure no tempo. Vamos fazer tudo com a mais absoluta transparência, solidez jurídica e pragmatismo. Estaremos em sintonia com a legislação internacional e com as aspirações de proteção dos nossos autores, artistas e produtores.

**Pi: Será possível a nível legislativo dotar Cabo Verde em tempo útil de um quadro legal que permita uma efetiva e ampla proteção de todos os titulares de direitos?**

AV: Com certeza. O Governo está absolutamente empenhado neste assunto. Repare, esta matéria decorre de um compromisso alargado de todo o governo, em particular do Senhor Primeiro-Ministro, e da maioria parlamentar que o sustenta. O programa de governo é muito claro quando afirma como seu propósito, entre outros: “Fomentar o empreendedorismo na indústria da cultura, conjugando criação, produção e comercialização de bens e serviços com base em conteúdos de carácter cultural devidamente protegidos por direitos de autor. Desse modo, serão potenciadas as iniciativas endógenas existentes e promovidas em iniciativas empresariais com presença notável no mercado nacional e internacional.”

Por isso, embora o Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas seja o rosto da política cultural do governo, esta é uma matéria muito cara ao grupo parlamentar do MpD [Movimento para a Democracia e partido maioritário na Assembleia Nacional de Cabo Verde], ao Senhor Primeiro-Ministro e a todo o governo. Cada qual saberá estar à altura quando for chamado a participar. Por isso, conto com o empenho do grupo parlamentar que sustenta o governo a concretizar no plano legislativo aquilo que é um verdadeiro desígnio nacional.

Senão vejamos, o Estado de Cabo Verde é signatário das principais convenções internacionais nesta matéria, tais como a Convenção de Berna [relativa à proteção das obras literárias e artísticas de 1886], a Convenção que estabelece a OMPI [de 1967], a Convenção de Roma [Convenção Internacional para a Proteção dos Artistas Intérpretes ou Executantes, dos Produtores de Fonogramas e dos Organismos de Radiodifusão, de 1961] e os acordos TRIPS [de 1994]. No entanto, há aspetos legislativos que importa afinar desde logo para transpor para Cabo Verde todas as normas internacionais a que Cabo Verde está obrigado.

Porém, tendo em conta os nossos desígnios, queremos ir mais longe elevando o nível de proteção dos titulares de direitos, tendo em conta as melhores práticas internacionais.

**Pi: Sabemos que, na generalidade dos países europeus, uma parte muito significativa das receitas é gerida através de sistemas de gestão coletiva. Qual é a situação em Cabo Verde?**

AV: Em Cabo Verde existem duas associações que congregam, ambas, criadores, artistas e músicos. No entanto, para que possam ambicionar, como desejamos, ser verdadeiras entidades de gestão terão que percorrer um caminho profissionalizante, com métodos de gestão clara e transparente, quer na cobrança de direitos quer na distribuição. Assim estamos igualmente a fazer um levantamento junto destas entidades para perceber exatamente no ponto em que cada uma delas se encontra. À partida contamos com a colaboração e empenho de ambas, mas também isto tem um tempo. Depois de esgotado um prazo razoável, e com os elementos que nos disponibilizarem, iremos definir um rumo a médio prazo. O Governo não irá abdicar das prerrogativas de tutela e liderança neste processo e não alinharemos com estratégias dilatórias.

Neste domínio entendemos que para o Estado deve ser reservado idealmente uma função de tutela e de fiscalização, por isso iremos assumir plenamente esses papéis. No entanto, temos consciência que até que o Estado se possa remeter a esse papel, terá que numa fase inicial ir mais longe, não abdicando do seu poder impulsor, designadamente através da criação de uma entidade conjunta, Estado/entidades de gestão coletiva que possa abrir este caminho. É também isso que está a ser estudado e, para muito breve, está prevista uma tomada de decisão, sobre o modelo.

**Pi: Os artistas, autores, músicos, criadores e produtores, sendo os destinatários por excelência de todo este projeto, são também peças fundamentais na sua construção. Como pensa envolver todos?**

AV: À partida contamos com todos. Por princípio não excluímos ninguém e todos fazemos parte da solução. No entanto, que fique claro: quem não fizer parte da solução, também não permitiremos que faça parte do problema, seja por inoperância, incompetência, ambições pessoais ou outras. Também estamos conscientes que há um trabalho a começar desde já de sensibilização dos artistas, criadores e produtores para a necessidade e importância de se agregarem e, em conjunto, procurarem a defesa dos seus direitos. Como sabe a gestão coletiva é um mal necessário, uma vez que os custos de gestão individual tornam inviáveis quaisquer iniciativas neste domínio.

Não sei se se sabe, mas Cabo Verde é o único país do mundo a ter muitos artistas nas suas notas de banco (normalmente nas artes isto apenas está reservado a escritores). É chegada a hora de efetivamente lhes fazermos chegar algumas.